



**AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA  
(COMPRAS)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2019**  
(Processo Administrativo n.º00091.001030/2019-80)

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de materiais permanentes (MacBook e iPhone), para suprir as demandas da Sede da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (Unitário) R\$
1	<b>MacBook Pro de 15 polegadas - Cinza-espacial</b> - Hardware: Processador Intel Core i7 de 6 núcleos de 8ª geração e 2,2 GHz (Turbo Boost de até 4,1 GHz) Tela retina com True Tone Touch Bar e Touch ID Radeon Pro 555X com 4GB de memória Memória DDR4 de 16 GB com 2400 MHz Armazenamento SSD de 256 GB 4 Portas Thunderbolt 3 Teclado retroiluminado – Inglês (EUA) Kit de acessórios  - Software: macOS Fotos, iMoves, GarageBand Pages, Numbers, Keynote  - Fabricante: Apple Referência: MR932BZ/A	98191	Und.	1	16.432,33

2	<b>iPhone XS de 64 GB – Cinza-espacial, Tela 5,8 Polegadas</b> – Acessórios: EarPods com Conector Lighting Cabo de Lighting para USB Carregador USB de 5W - Deverá ser entregue na caixa original - Fabricante: Apple Referência: MT9E2BZ/A	150478	Und.	1	7.173,35
3	<b>iPhone XR de 64 GB – Preto, Tela 6,1 Polegadas</b> – Acessórios: EarPods com Conector Lighting Cabo de Lighting para USB Carregador USB de 5W - Deverá ser entregue na caixa original - Fabricante: Apple Referência: MRY42BZ/A	150478	Und.	1	5.199,00

1.2. A participação neste Pregão será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte conforme disposto no art. 6º do Decreto nº. 8.538, de 2015, que dispõe que “os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação”.

1.3. **O valor total estimado para a aquisição é de R\$ 28.804,68 (vinte e oito mil, oitocentos e quatro reais e sessenta e oito centavos) para este instrumento licitatório.**

1.4. Os valores apresentados não foram baseados em pesquisas no endereço eletrônico do Painel de Preços, motivado pela negativa da busca realizada dos objetos requeridos, e sim, nos sítios eletrônicos especializados, conforme a Instrução Normativa nº 5/MPOG/2014, Art. 2º, inciso III.

1.5. A licitação terá as propostas julgadas segundo o menor preço, sendo o preço estimado o máximo aceitável para a contratação.

1.6. A empresa vencedora do certame, durante o processo licitatório, obrigatoriamente, deverá informar em sua proposta comercial, o fabricante (marca) e o modelo do objeto ofertado.

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) compreendendo prazo de entrega e recebimento definitivo, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Agência Brasileira de Inteligência – ABIN tem como um dos seus objetivos estratégicos, listados no Planejamento Estratégico 2017-2021, “Pesquisar e desenvolver soluções para a segurança da informação, cibernética e comunicações”. Neste contexto a ABIN desenvolveu soluções para a segurança da comunicação por mensagens e por voz em aparelhos celulares.

2.2. Por decisões gerenciais iniciais, o desenvolvimento dessas soluções foi feito para a plataforma Android, a qual possui o maior percentual de adoção no país. As soluções desenvolvidas para essa plataforma encontram-se atualmente em um estado de maturidade elevado e permitem que a Agência abra uma outra frente de desenvolvimento para a segunda plataforma mais adotada, o iOS da Apple. Essa decisão torna-se ainda mais necessária pela opção da Presidência da República e de muitos Ministérios de adotar a plataforma iOS como padrão para o alto escalão.

2.3. O desenvolvimento para a plataforma iOS exige o uso de computadores com o sistema operacional MacOS, também da Apple. Essa exigência faz parte de uma política da empresa e não tem como ser contornada de forma legal. A partir desses equipamentos é possível o desenvolvimento e testes de código, além da inserção desse código nos aparelhos celulares com o sistema operacional iOS, chamados iPhones.

2.4. Para iniciar o trabalho de desenvolvimento de novas aplicações para iPhones, a Coordenação de Sistemas da Informação/CGPD/CEPESC precisa adquirir um MacBook, notebook da Apple com o sistema operacional MacOS, com as especificações técnicas adequadas para o desenvolvimento da aplicação em questão, além de dois aparelhos celulares iPhones do modelo mais atual e com diferentes tamanhos de tela para a realização dos testes de interface com o usuário.

2.5. Ressalta-se que os quantitativos apresentados estão plenamente alinhados com as necessidades apresentadas pela instituição e aprovadas pelo Diretor do CEPESC.

## **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Os materiais pretendidos são considerados bens comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento e foram identificados por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do Art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002. Os materiais descritos são encontrados por empresas do ramo eletroeletrônicos, possibilitando desta forma, uma concorrência e vantajosidade para a instituição.

3.2. Ressalta-se, que os objetos classificados como bens permanentes, não são especificados com características direcionadas exclusivamente à área de informática, conforme descrito no §2º Art. 12 Decreto 7.174 de 12 de maio de 2010 e a Instrução Normativa nº 04 - MPOG.

3.3. Não será dado a margem de preferência prevista no § 5º do artigo 3º da Lei nº 8.666/93 nos itens objeto deste termo, pois estes não se encontram contemplados pela legislação vigente, conforme disposto no § 8º do mesmo artigo e da mesma Lei.

3.3.1. A legislação vigente a que alude o subitem anterior são as seguintes: Decreto nº 7.713, de 03 de abril de 2012; Decreto nº 7.756, de 14 de junho de 2012; Decreto nº 7.767, de 27 de junho de 2012; Decreto nº 7.810, de 20 de setembro de 2012; Decreto nº 7.812, de 20 de setembro de 2012; Decreto nº 7.816, de 28 de setembro de 2012; Decreto nº 7.840, de 12 de novembro de 2012; Decreto nº 7.841, de 12 de novembro de 2012; Decreto nº 7.843, de 12 de novembro de 2012; Decreto nº 7.903, de 04 de fevereiro de 2013; Decreto nº 8.002, de 14 de maio de 2013; Decreto nº

7.892/2013; Decreto nº 8.184, de 17 de janeiro de 2014; Decreto nº 8.185, de 17 de janeiro de 2014; Decreto nº 8.186, de 17 de janeiro de 2014; Decreto nº 8.194, de 12 de fevereiro de 2014; Decreto nº 8.223, de 03 de abril de 2014; Decreto nº 8.224, de 03 de abril de 2014.

#### **4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

4.1. Os objetos deverão ser entregues, acompanhado de Nota Fiscal/Fatura, em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho pela fornecedora, em remessa única, na Divisão de Almoxarifado da Agência Brasileira de Inteligência, situada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01, Bloco S, Brasília – DF, CEP: 70.610-905, em dia útil, no período das 8:30h às 12 horas e das 14 às 17 horas.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6. O prazo de garantia do objeto desta contratação deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, ou então aquele concedido pelo fabricante dos produtos adquiridos, prevalecendo o maior.

4.7. Caso o objeto adquirido, neste compreendido os produtos novos, originais e de primeiro uso, apresente vício que não decorra do seu normal uso, a contratada obriga-se a substituí-lo ou repará-lo às suas expensas durante o prazo de garantia.

4.8. Incumbe à contratada o ônus da prova da origem do defeito.

#### **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.1.7. responder perante a contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes da execução do objeto;

6.1.8. Arcar com todos encargos decorrentes da contratação, especialmente os referentes a tributos, taxas, fretes, seguros;

6.1.9. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefones, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o

prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pela razão abaixo justificada:

12.1.1. Visto a natureza de contratação, os instrumentos para o recolhimento de valores advindos das aplicações das sanções são suficientes para reparar possíveis falhas de execução contratual.

## 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução **total ou parcial** dos objetos deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. **advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

13.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência



13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as multas, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

14.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, serão detalhadas no Edital.

Brasília, 20 de maio de 2019.